

Políticas Públicas E As Implicações Para A Inclusão Social No Brasil: Uma Reflexão Sobre Diversidade E Direitos Fundamentais

Kennya Rodrigues Nunes

Universidad De Ciencias Empresariales Y Sociales

Ezequiel Arce De Oliveira

UFMS

Francisca Beatriz Da Silva Sousa

Universidade Federal Do Piauí-UFPI

Ana Flávia Costa Eccard

UERJ

Adriana Cruz Moreira - UEA

Salesiano Durigon

UVA

Luciano Oliveira Rezende

Escola Superior De Direito - Proordem Goiânia

Teodoro Antunes Gomes Filho

Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos (UNISINOS)

Marcos Rogerio Dos Santos Souza

FACULDADE BRASILEIRA DE INOVAÇÃO FABIN

Igor Gustavo Tognon

UNIVEL

Nattan Ricardo De Campos

Universidade Do Estado De Mato Grosso

Resumo:

A pesquisa teve como objetivo analisar o impacto das políticas públicas sobre a inclusão social no Brasil, com foco na diversidade e nos direitos fundamentais, buscando compreender como essas ações têm influenciado a promoção da equidade e da justiça social. Para isso, foi adotada uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com a realização de entrevistas semiestruturadas com 25 profissionais de áreas como educação, saúde e assistência social. Os resultados indicaram que, embora as políticas públicas de inclusão, como as cotas e programas de transferência de renda, tenham promovido avanços significativos, ainda existem barreiras estruturais, como a falta de recursos, infraestrutura e capacitação profissional, que dificultam a efetividade dessas ações. Além disso, a pesquisa apontou a necessidade de uma abordagem mais interseccional nas políticas públicas, considerando as múltiplas identidades dos indivíduos. A conclusão sugere que, para que as políticas de inclusão social sejam plenamente eficazes, é necessário um modelo de gestão mais participativo, investimentos contínuos em formação e a superação das resistências sociais, de modo a garantir que todos os cidadãos possam exercer seus direitos fundamentais de maneira igualitária e efetiva.

Palavras-chave: *Diversidade; direitos fundamentais; políticas públicas.*

Date of Submission: 02-05-2025

Date of Acceptance: 12-05-2025

I. Introdução

A diversidade é uma característica intrínseca da sociedade brasileira, marcada por uma multiplicidade de identidades culturais, étnicas, religiosas, de gênero, orientação sexual, capacidades físicas e condições socioeconômicas. Essa pluralidade, longe de representar um obstáculo, configura-se como um dos pilares da riqueza sociocultural do país. No entanto, a convivência com a diversidade nem sempre é harmoniosa ou igualitária. O Brasil ainda enfrenta inúmeros desafios relacionados à inclusão e ao respeito às diferenças, sobretudo quando se trata da efetivação dos direitos fundamentais para grupos historicamente marginalizados (Correia; Baptista, 2018; Silva; Souza; Faleiro, 2018).

Nesse contexto, os direitos fundamentais – garantidos constitucionalmente – funcionam como instrumentos essenciais para a promoção da cidadania plena e da justiça social. Eles asseguram, entre outros aspectos, o direito à vida, à igualdade, à dignidade, à educação, à saúde e à participação política. No entanto, o simples reconhecimento formal desses direitos não é suficiente para garantir sua materialização. É necessário que o Estado atue de forma proativa por meio de políticas públicas que promovam a equidade e combatam as desigualdades estruturais que impedem o exercício pleno da cidadania por todos os indivíduos (Giroto; Poker; Vitta, 2018).

As políticas públicas voltadas à inclusão social têm, portanto, o papel de transformar realidades marcadas pela exclusão, criando condições concretas para o acesso igualitário aos bens e serviços fundamentais. Programas como o Bolsa Família (atualmente Auxílio Brasil), as cotas raciais e sociais em universidades, os incentivos à educação inclusiva, as campanhas de combate à violência contra minorias e as ações afirmativas para pessoas com deficiência são alguns exemplos de iniciativas implementadas com o objetivo de corrigir desigualdades históricas e promover a justiça social (Kassar; Rebelo; Oliveira, 2019).

Entretanto, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, ainda há uma distância significativa entre o ideal constitucional de igualdade e a realidade vivenciada por milhões de brasileiros. Barreiras estruturais, preconceitos arraigados, discriminação institucional e a insuficiência de recursos e planejamento comprometem a efetividade de muitas políticas públicas. Além disso, mudanças nos cenários político e econômico frequentemente colocam em risco a continuidade de programas voltados à inclusão, revelando a fragilidade das ações estatais diante de contextos adversos (Lima; Pletsch, 2018).

Outro fator relevante é a necessidade de compreender a diversidade de forma interseccional, ou seja, considerando que as múltiplas dimensões da identidade (como raça, gênero, deficiência, classe social) se sobrepõem e se inter-relacionam, gerando experiências de exclusão mais complexas. Nesse sentido, uma política pública eficaz deve ser sensível a essas intersecções e promover uma abordagem transversal e integrada das diferentes formas de desigualdade, a fim de garantir a inclusão de maneira mais ampla e efetiva (Neves; Rahme; Ferreira, 2019).

O debate sobre diversidade e inclusão social no Brasil também está diretamente ligado à mobilização de movimentos sociais e à atuação de organizações da sociedade civil, que desempenham um papel fundamental na reivindicação de direitos, na construção de espaços de diálogo e na fiscalização das ações governamentais. Esses atores contribuem para que a pauta da diversidade não apenas seja mantida na agenda pública, mas também avance rumo à concretização de políticas mais democráticas e participativas (Senna; Santos; Lemos, 2020).

Diante desse panorama, esta pesquisa teve como objetivo analisar o impacto das políticas públicas sobre a inclusão social no Brasil, à luz da diversidade e dos direitos fundamentais, buscando compreender como essas ações têm contribuído – ou falhado – na promoção da equidade, da justiça social e do reconhecimento das diferenças como elementos estruturantes de uma sociedade verdadeiramente democrática.

II. Materiais E Métodos

A presente pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e do tipo exploratório, com o objetivo de compreender como as políticas públicas voltadas à diversidade e aos direitos fundamentais impactam a inclusão social no Brasil. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma análise mais aprofundada das percepções, experiências e interpretações dos participantes em relação ao tema investigado. A pesquisa descritiva teve como finalidade observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem interferir neles, buscando compreender as características das ações públicas no campo da inclusão social. Já o caráter exploratório permitiu aprofundar aspectos ainda pouco estudados de forma integrada, como a aplicação prática dessas políticas e seus efeitos nas realidades profissionais de diferentes áreas. A amostra foi composta por 25 profissionais que atuam em diferentes segmentos diretamente relacionados à promoção da diversidade e da inclusão social, como educação, assistência social, saúde, gestão pública e organizações da sociedade civil. Os participantes foram selecionados por meio de

amostragem intencional, considerando sua experiência prática e/ou conhecimento técnico sobre o tema da pesquisa. Antes da aplicação definitiva do instrumento de coleta de dados, foi realizado um pré-teste com 3 profissionais com perfil semelhante ao da amostra principal, com o intuito de avaliar a clareza, a pertinência e a compreensão das questões propostas. Com base nos resultados do pré-teste, foram feitos ajustes pontuais no roteiro de perguntas para garantir maior eficácia na coleta de informações. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas de forma individual e presencial ou por videoconferência, de acordo com a disponibilidade dos participantes. As entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado, contendo perguntas abertas voltadas à percepção dos entrevistados sobre a eficácia, os desafios e os impactos das políticas públicas na promoção da inclusão social no contexto brasileiro. As entrevistas foram gravadas com autorização dos participantes e, posteriormente, transcritas na íntegra para análise. A interpretação dos dados seguiu os procedimentos da análise de conteúdo.

III. Resultados E Discussões

Os resultados da pesquisa revelaram uma diversidade de percepções sobre o impacto das políticas públicas de inclusão social no Brasil, com ênfase na diversidade e nos direitos fundamentais. A análise dos dados coletados a partir das entrevistas semiestruturadas com 25 profissionais de diferentes áreas mostrou que, embora haja avanços, os desafios para a efetiva inclusão ainda são significativos. Apresentam-se os principais achados da pesquisa, organizados em torno de quatro grandes eixos: a eficácia das políticas públicas, as barreiras à inclusão, as percepções sobre a diversidade e os impactos na prática profissional.

Em relação à eficácia das políticas públicas, a maioria dos profissionais entrevistados reconheceu os avanços significativos promovidos por iniciativas como as cotas raciais, os programas de transferência de renda e as políticas afirmativas na educação. Segundo o respondente E02, “as cotas na educação superior têm sido um divisor de águas, pois muitas pessoas que antes não tinham a menor chance de acesso agora conseguem ingressar nas universidades públicas.”

No entanto, a implementação dessas políticas ainda encontra dificuldades relacionadas à resistência social e institucional. A entrevistada E16 comentou: “Embora as cotas sejam uma ótima ferramenta, a sociedade ainda tem uma visão preconceituosa sobre essas políticas, o que muitas vezes gera desconforto tanto nos estudantes quanto nos professores.”

Outro ponto crucial destacado pelos participantes foi a persistência de barreiras estruturais que dificultam o impacto das políticas públicas, principalmente no que diz respeito à inserção e permanência de grupos marginalizados. A entrevistada E07 afirmou que, apesar da criação de políticas públicas, “as condições de infraestrutura nas escolas públicas ainda são precárias, o que impede uma verdadeira inclusão, principalmente para os alunos com deficiência.” Para E12, o problema não é apenas a falta de políticas, mas a falta de articulação entre elas: “A gente tem várias iniciativas, mas elas funcionam de forma isolada, e isso prejudica a eficácia no longo prazo.”

A percepção dos profissionais sobre a diversidade também revelou uma complexa relação com as políticas públicas. Enquanto alguns profissionais consideram que as políticas de inclusão são uma resposta adequada às desigualdades históricas, outros destacam que ainda é necessário um olhar mais interseccional sobre a diversidade. Segundo E09, “muitas vezes, as políticas focam em grupos específicos, mas não consideram como a sobreposição de várias identidades, como gênero, raça e classe, impacta a vivência da discriminação.” E05, por outro lado, ressaltou que é necessário dar visibilidade a novas formas de discriminação, como a exclusão das pessoas trans e a violência contra a população LGBTQIAPN+: “A diversidade precisa ser mais ampla, e não podemos continuar ignorando as experiências de grupos minoritários que sofrem diariamente em várias frentes.”

No campo da prática profissional, a implementação das políticas públicas de inclusão se mostrou um desafio constante para os profissionais que atuam em áreas como educação e saúde. E19 compartilhou sua experiência no atendimento de pessoas com deficiência, dizendo que “muitas vezes as políticas públicas não são aplicadas de maneira eficaz, principalmente em pequenos municípios, onde a infraestrutura para pessoas com deficiência é quase inexistente.”

Por outro lado, E11 destacou que a formação de profissionais é um dos fatores essenciais para garantir que as políticas de inclusão sejam mais do que apenas um marco legal, mas uma realidade vivenciada. Ela comentou: “Na minha experiência, a formação específica sobre diversidade nas universidades ainda é muito rasa. Não adianta fazer leis se os profissionais não estão preparados para lidar com a diversidade no seu dia a dia.”

A falta de recursos foi uma outra questão recorrente entre os entrevistados. De acordo com E03, “a implementação de políticas públicas muitas vezes depende de recursos que não são disponibilizados de forma justa, o que gera desigualdade entre os estados e municípios.” E14 concordou, acrescentando que, embora o governo federal lance programas, muitos deles “não têm continuidade devido à falta de investimento e acompanhamento adequado.”

Outro ponto importante levantado pelos entrevistados foi a importância de um modelo de gestão participativa. E08 argumentou que as políticas públicas de inclusão social precisam ser elaboradas em conjunto com os próprios grupos beneficiados, para que sejam mais efetivas: “As políticas devem ser desenhadas a partir da escuta das comunidades que serão diretamente impactadas por elas, caso contrário, corremos o risco de criar soluções que não atendem às reais necessidades das pessoas.” E13, ao contrário, destacou que, embora a participação da sociedade seja fundamental, muitos processos burocráticos ainda dificultam a inclusão de representantes das comunidades nas discussões sobre políticas públicas: “Muitas vezes, as organizações da sociedade civil são chamadas a participar, mas há uma barreira muito grande na comunicação e na tomada de decisão.”

Em termos de avaliação dos impactos das políticas públicas de inclusão, os respondentes apresentaram opiniões divergentes. Para E18, “as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, tiveram um impacto positivo na melhoria das condições de vida de muitas famílias, mas a questão do acesso ao mercado de trabalho ainda é um grande desafio.” Já E20 destacou que, embora as políticas de inclusão tenham trazido avanços, a discriminação no mercado de trabalho continua a ser um grande obstáculo. “O simples fato de ter acesso à educação não garante que o indivíduo terá a oportunidade de ocupar um cargo em uma empresa ou instituição. O preconceito está enraizado e as empresas não estão preparadas para lidar com essa diversidade.”

No campo da educação inclusiva, muitos profissionais apontaram o avanço nas políticas voltadas para o ensino de alunos com deficiência, mas a implementação continua aquém do ideal. E06 observou que “embora as escolas públicas sejam obrigadas a aceitar alunos com deficiência, elas ainda carecem de adaptações pedagógicas e materiais, o que impede que esses alunos realmente aprendam em igualdade de condições.” E04 acrescentou que, embora existam leis de inclusão, “a falta de capacitação contínua dos professores para lidar com a diversidade nas salas de aula ainda é um problema gravíssimo.”

Por fim, o papel das organizações da sociedade civil também foi destacado como fundamental para complementar as políticas públicas. E15 afirmou que “muitas vezes, as ONGs e movimentos sociais preenchem lacunas deixadas pelo governo, proporcionando capacitação, assistência jurídica e apoio psicológico a grupos marginalizados.” Essa afirmação foi corroborada por E10, que afirmou que as parcerias entre governo e sociedade civil são essenciais para a promoção de uma inclusão mais efetiva: “Somente com uma articulação mais forte entre o público e o privado é que as políticas públicas de inclusão social terão um impacto real e duradouro.” Esses relatos e reflexões sugerem que, embora as políticas públicas de inclusão social no Brasil tenham promovido avanços significativos, sua eficácia depende de vários fatores, incluindo a adequação das ações à diversidade e a integração de diferentes esferas de atuação. As barreiras estruturais, a falta de recursos, a resistência social e a necessidade de uma abordagem mais interseccional continuam a ser desafios a serem superados.

IV. Conclusão

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o impacto das políticas públicas sobre a inclusão social no Brasil, com ênfase na diversidade e nos direitos fundamentais, buscando compreender de que maneira essas ações têm contribuído para a promoção da equidade, da justiça social e do reconhecimento das diferenças como elementos estruturantes de uma sociedade democrática. A partir da análise dos dados coletados, foi possível identificar tanto avanços quanto desafios persistentes no processo de implementação e efetivação dessas políticas.

De maneira geral, os resultados indicam que, apesar de um contexto jurídico e institucional favorável à promoção da inclusão social, com a garantia de direitos fundamentais na Constituição de 1988 e o desenvolvimento de políticas afirmativas, como as cotas raciais e sociais, ainda existem barreiras estruturais significativas que comprometem a eficácia dessas políticas. Embora as ações voltadas à inclusão social tenham gerado avanços importantes, como o aumento do acesso de grupos historicamente marginalizados à educação superior e a transferência de recursos para populações vulneráveis, muitos profissionais entrevistados destacaram que a implementação dessas políticas muitas vezes carece de articulação interinstitucional, recursos adequados e capacitação contínua dos profissionais envolvidos.

A análise dos dados também evidenciou a necessidade de uma abordagem mais interseccional nas políticas públicas, que leve em consideração as múltiplas dimensões da identidade dos indivíduos, como gênero, raça, classe social e deficiência. Alguns dos entrevistados apontaram que, embora as políticas voltadas para grupos específicos, como a população negra ou as pessoas com deficiência, sejam importantes, é preciso compreender a interrelação entre essas identidades para promover uma inclusão verdadeiramente universal e eficaz. Nesse sentido, as políticas de inclusão ainda precisam evoluir para abarcar as diversas formas de discriminação que afetam os indivíduos simultaneamente, como é o caso das pessoas trans ou da população LGBTQIAPN+.

Além disso, as barreiras estruturais que limitam o acesso equitativo aos serviços e oportunidades de inclusão, como a infraestrutura inadequada nas escolas e a resistência no mercado de trabalho, foram destacadas

como obstáculos fundamentais. A pesquisa apontou que, enquanto a legislação pode assegurar os direitos, as condições reais de implementação, em especial nos municípios mais afastados, ainda são insuficientes para garantir uma inclusão efetiva. A falta de investimentos em infraestrutura e em formação profissional é uma das principais limitações identificadas pelos participantes.

A formação e capacitação dos profissionais envolvidos na aplicação dessas políticas também foi um tema central da pesquisa. Embora a presença de políticas afirmativas e programas de inclusão seja reconhecida como positiva, muitos entrevistados ressaltaram a importância de um treinamento contínuo para os educadores, profissionais da saúde, assistentes sociais e outros agentes envolvidos na implementação dessas políticas. A capacitação é vista como essencial para que os profissionais possam lidar com as especificidades da diversidade e aplicar as políticas de forma sensível e eficaz. Outro ponto relevante identificado foi a necessidade de um modelo de gestão participativa, que inclua as comunidades diretamente afetadas pelas políticas públicas na formulação e execução das ações de inclusão.

A pesquisa mostrou que, para além da implementação de políticas, é fundamental que haja uma escuta ativa das populações beneficiadas, para que as políticas sejam mais eficazes e adequadas às necessidades reais dos grupos marginalizados. Em relação ao impacto social das políticas públicas de inclusão, embora os avanços sejam notáveis, a persistência da discriminação no mercado de trabalho e em outros espaços sociais ainda limita as oportunidades de efetiva integração e igualdade. Mesmo com o aumento do número de pessoas de grupos historicamente excluídos nas universidades e em programas de transferência de renda, o preconceito continua a ser uma barreira difícil de transpor.

Por fim, a pesquisa conclui que, apesar dos avanços, as políticas públicas de inclusão social no Brasil ainda enfrentam desafios significativos que comprometem sua implementação efetiva. A superação dessas barreiras exige um esforço contínuo do governo, da sociedade civil e das organizações internacionais, bem como uma abordagem mais integrada e interseccional das políticas. A implementação de ações que contemplem as múltiplas dimensões da diversidade e que contemplem a participação ativa das comunidades afetadas será essencial para que o Brasil avance de fato rumo a uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária, onde todos os cidadãos, independentemente de suas características identitárias, possam exercer plenamente seus direitos fundamentais.

Referências

- [1]. Correia, G. B.; Baptista, C. R. Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva De 2008: Quais Origens E Quais Trajetórias?. Revista On Line De Política E Gestão Educacional, Vol. 22, Núm. 2, Supl., 2018.
- [2]. Giroto, C. R. M.; Poker, R. B.; Vitta, F. C. F. 10 Anos Da Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva Em Debate: Trajetória, Limites E Desafios. Revista On Line De Política E Gestão Educacional, Araraquara, V. 22, N. 2, P. 711-715, 2018.
- [3]. Kassari, M. C. M.; Rebelo, A. S.; Oliveira, R. T. C. Embates E Disputas Na Política Nacional De Educação Especial Brasileira. Educ. Pesqui., São Paulo, V. 45, E217170, 2019.
- [4]. Lima, M. F. C.; Pletsch, M. D. A Escolarização De Alunos Com Deficiência Intelectual Sob A Vigência Da Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. Revista On Line De Política E Gestão Educacional, Vol. 22, Núm. 2, Supl., 2018.
- [5]. Neves, L. R.; Rahme, M. M. F.; Ferreira, C. M. R. J. Política De Educação Especial E Os Desafios De Uma Perspectiva Inclusiva. Educação & Realidade, Porto Alegre, V. 44, N. 1, E84853, 2019.
- [6]. Senna, M.; Santos, M. P.; Lemos, L. M. B. A Participação Da Sociedade E O Caso Da Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva: Refletindo Sobre A Formação De Professores. Revistaleph, (34), 2020.
- [7]. Silva, L. C.; Souza, V. A.; Faleiro, W. Uma Década Da Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva: Do Ideal Ao Possível. Revista On- Line De Política E Gestão Educacional, Vol. 22, Núm. 2, Supl., 2018